

Ata de Reunião

Tema: Constituição do Fórum Permanente de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no Estado de São Paulo

14/08/2009

Representação do MEC em São Paulo

Participantes:

Aline Reali – Sec. de Educação a Distância/UFSCar
Carlos Eduardo Pizzolatto – Diretor Acadêmico de Campus/ USF-Itatiba
Célia M. Benedicto Giglio – Coord. Pedagógica/UNIFESP
Germano Rigacci Jr. – Pró-reitor de Graduação/PUCCAMP
Gilberto Garcia – Presidente ABRUC
Guilherme do Val Toledo Prado – Presidente SPFP/Unicamp
Iara Bernardi – Representante do MEC em SP
Isabel Melero Bello – TAE/ReMEC/SP
João Carlos Teatini – Diretor de Educação Básica Presencial/CAPES
João Nelson Santos – TAE/ReMEC/SP
José Adinan Ortolan – Vice-presidente/UNDIME
Maria Auxiliadora Albergaria – Assessoria Secretária de Educação do Estado de São Paulo
Maria Luiza Andreolli – Assistente Pró-Graduação/PUCSP
Marina Graziela Feldmann – Pró-reitora de Graduação/PUCSP
Neide de Aquino Nofes – Diretora da Faculdade de Educação/PUCSP
Ricardo Coelho – Representação do MEC em SP
Rita da Penha Campos Zenorini – Coordenadora Pedagógica/USF
Roberto Samuel Sanches – Pró-reitor de Graduação/UNISO
Rosana L. F. Silva – Representante PROGRAD UFABC
Selma Garrido Pimenta – Pró-reitora de Graduação/USP
Sheila Zambello de Pinho – Pró-reitora de Graduação/UNESP
Vera Lucia Cabral Costa – Diretora – Escola de Formação de Professores/SEE-SP

1-Desenvolvimento dos Trabalhos:

No dia 14 de agosto de 2009, representantes de universidades públicas federais (UFABC, UFSCar, UNIFESP-Guarulhos), estaduais (UNESP, USP, UNICAMP) e comunitárias (USF, PUCSP, PUCCAMP, UNISO) compareceram a esta Representação do MEC em São Paulo a fim de dar continuidade aos trabalhos iniciados no dia 17 de junho do corrente ano, no mesmo local, referentes à Política de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no estado de São Paulo.

A Representante do MEC em São Paulo, Iara Bernardi, iniciou a reunião agradecendo a participação de todos. Ressaltou a expectativa de que no Encontro o Fórum Permanente das Licenciaturas fosse constituído.

Na sequência, o vice-presidente da UNDIME, José Adinan Ortolan, comunicou que até o final do mês corrente a entidade apresentaria um mapa do estado com dados referentes à demanda de formação de professores existente nos municípios paulistas, informação fundamental para desencadear as ações subsequentes.

O Diretor de Educação Básica Presencial da CAPES, João Carlos Teatini, fez uma explanação sobre a Plataforma Freire, lançada em 30 de junho no sítio eletrônico do MEC. Conforme esclareceu o Diretor, trata-se de um instrumento por meio do qual os professores da educação básica de todo o país podem se cadastrar em cursos de formação inicial ou continuada.

A professora Maria Helena de Freitas, Coordenadora de Formação de Professores do MEC, tomou então a palavra, e apresentou dados referentes à adesão dos municípios e estados a alguns programas de formação de professores oferecidos pelo Ministério da Educação. Como exemplo, citou o Proletramento, programa destinado à formação continuada de professores que contou com a adesão de 350 municípios em São Paulo, e o Gestar II.

Dando continuidade, o Diretor da DEB/CAPES informou que 21 estados aderiram ao Plano Nacional de Formação. Participam do Plano, no momento, 77 universidades federais e estaduais e 14 instituições comunitárias, as quais se responsabilizam pela formação inicial e continuidade de professores, na modalidade presencial e à distância. No momento, há 57 mil vagas disponíveis para formação de professores e que podem ser preenchidas pelos interessados por meio de inscrição na Plataforma Freire. As pré-inscrições dos professores na referida Plataforma devem ser validadas pelas secretarias municipais e estaduais de educação, as quais encaminham as informações sobre a demanda para as universidades que fazem parte da rede de formação. O ingresso dos professores interessados na formação ocorrerá em cinco entradas semestrais, com início no segundo semestre de 2009. Segundo o Diretor, cada instituição de ensino superior assinou um termo de adesão junto à CAPES com validade de sete anos, período previsto para atender toda a demanda. Segundo dados do Educacenso 2007, cerca de 700 a 800 mil professores das redes públicas de ensino não atendem ao disposto na LDB/96 no que tange à formação mínima exigida, sendo que de 300 a 400 mil professores não possuem

formação superior. Alertou, ainda, que muitos professores atuam fora de sua área de formação.

O Diretor da DEB/CAPES informou que estão disponíveis dois tipos de cursos na Plataforma Freire, assim denominados: 1ª licenciatura (formação inicial, com duração de 2800 a 3200 horas) e 2ª licenciatura (destinada aos docentes que atuam fora da área de formação, com duração de 2 a 3 semestres). A 1ª licenciatura pode ser oferecida de forma presencial ou à distância, mas a 2ª licenciatura deverá ser necessariamente presencial. Os docentes das universidades que atuarão como formadores nesses cursos receberão uma bolsa da CAPES correspondente ao número de disciplinas que ministrarem. No caso de uma disciplina, a bolsa mensal será de R\$ 900,00, atingindo o valor de R\$ 1.200,00 quando ministrar duas disciplinas. Atualmente, há 77 instituições formadoras cadastradas (29 federais, 30 estaduais e 18 institutos federais), localizadas nos 21 estados que aderiram ao Plano. Em relação aos pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), existem 555 unidades e mais 167 já foram aprovadas pelo MEC. Não há um modelo padrão de formação estabelecido, já que se incentiva a autonomia e a peculiaridade de cada região e estado do país.

Após esses esclarecimentos, o prof. Gilberto Garcia, presidente da ABRUC, ressaltou o interesse das instituições comunitárias em participar do Fórum Estadual. Relatou que a participação das comunitárias já ocorre em outros estados e gostaria que a questão fosse discutida pelos presentes.

Antes da manifestação da posição dos representantes das universidades públicas sobre a questão, a profa. Maria Helena de Freitas, da SEB/MEC, ressaltou a relevância, naquele momento, em se pensar no modelo de formação que se quer e na função pública da educação.

O vice-presidente da UNDIME se manifestou, ressaltando que há a necessidade do levantamento da demanda do estado de São Paulo, mas, principalmente, há a necessidade de se saber qual é o número de vagas disponibilizadas pelas instituições de ensino superior paulistas. Ressaltou, ainda, que seria importante que a Secretaria de Educação Superior do estado de São Paulo (SEDUC/SP) se manifestasse sobre o assunto e, em caso de sua participação, assumisse a coordenação do Fórum. Sugeriu a formação de uma comissão provisória para discutir os encaminhamentos iniciais necessários.

A profa. Maria Auxiliadora Albergaria, representante da Secretaria Estado da Educação de São Paulo, afirmou que a Secretaria irá participar e poderá coordenar o Fórum, desde que deste também participe representante da Secretaria de Estado do Ensino Superior, à qual as universidades estaduais encontram-se vinculadas. Afirmou, ainda, que é necessário oferecer vagas com qualidade, ouvir as IES e analisar melhor a demanda existente no estado. Nesse sentido, o vice-presidente da UNDIME informou que é importante se ter consciência que os professores do estado de São Paulo normalmente atuam em duas redes, ou seja, estadual e municipal.

Na sequência, os representantes das universidades estaduais paulistas manifestaram-se favoravelmente à participação de suas instituições no Fórum, desde que a Secretaria de estado do Ensino Superior dele também participe, ao que se seguiram as manifestações de adesão dos representantes das universidades federais do estado de São Paulo.

A profa. Maria Luiza Andreolli, representante da PUC-SP, manifestou o interesse da instituição em contribuir e participar do Fórum, dada a importância da questão.

O prof. Adinan, da UNDIME, questionou os presentes em relação à participação das comunitárias no Fórum.

A profa. Maria Auxiliadora considerou que poderá haver representação das comunitárias na Comissão, mas o essencial é que se analise o perfil de cada uma dessas instituições, de forma singular, para daí então se definir a participação ou não mesmas nos trabalhos subsequentes.

A profa. Célia Giglio, da UNIFESP-Guarulhos, considerou que a questão deveria ser inicialmente discutida entre as universidades públicas e a Secretaria de Ensino Superior do estado de São Paulo, somente. O representante da ABRUC, em contrapartida, sugeriu que dois representantes das comunitárias participassem dessa discussão.

A profa. Helena de Freitas, da SEB/MEC, sugeriu que o Fórum se constituísse naquele momento e que a questão sobre a participação das IES comunitárias fosse discutisse na sequência.

2-Encaminhamentos

Finalizando os trabalhos, sugeriu-se que uma nova reunião fosse marcada para setembro de 2009, já com a presença de representante da Secretaria de Estado de Ensino Superior e na posse de dados sobre a demanda de formação do estado de São Paulo. Para tanto, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo responsabilizou-se pelo levantamento da demanda de formação de professores na rede estadual e a UNDIME, por sua vez, pelo levantamento da demanda de formação de professores em serviço nas redes de ensino dos municípios paulistas.

Deliberou-se que, de forma provisória, a coordenação dos trabalhos ficaria sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e da UNDIME/SP.